

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 27/10/2016 à 31/12/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	23
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	26
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	27
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	50.000
Preferenciais	0
Total	50.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	10.737	50.352
1.01	Ativo Circulante	10.737	50.352
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.605	50.352
1.01.03	Contas a Receber	66	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	66	0
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	2	0
1.01.03.02.02	Partes Relacionadas	64	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.066	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.066	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	10.737	50.352
2.01	Passivo Circulante	555	148
2.01.03	Obrigações Fiscais	492	85
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	492	85
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	85
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	492	0
2.01.05	Outras Obrigações	63	63
2.01.05.02	Outros	63	63
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	63	63
2.03	Patrimônio Líquido	10.182	50.204
2.03.01	Capital Social Realizado	50.000	50.000
2.03.02	Reservas de Capital	67.679	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	67.679	0
2.03.04	Reservas de Lucros	13	13
2.03.04.01	Reserva Legal	13	13
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-107.510	191

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 27/10/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	59.391	0
3.03	Resultado Bruto	59.391	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-167.468	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-167.468	0
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-160.280	0
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-7.188	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-108.077	0
3.06	Resultado Financeiro	376	352
3.06.01	Receitas Financeiras	1.527	352
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.151	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-107.701	352
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-85
3.08.01	Corrente	0	-85
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-107.701	267
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-107.701	267
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.02	ON	-2,15402	0,00534

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 27/10/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-107.701	267
4.03	Resultado Abrangente do Período	-107.701	267

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 27/10/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-109.362	352
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-107.701	352
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	-107.701	352
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.661	0
6.01.02.02	(Aumento)/diminuição de Impostos a Recuperar	-2.066	0
6.01.02.04	Aumento/(diminuição) de Impostos e Contribuições	407	0
6.01.02.09	(Aumento)/diminuição de Outras contas a receber	-2	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	67.615	50.000
6.03.01	Integralização de Capital	0	50.000
6.03.02	(Aumento)/diminuição Partes Relacionadas	-64	0
6.03.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	67.679	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-41.747	50.352
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.352	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.605	50.352

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	50.000	0	13	191	0	50.204
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	50.000	0	13	191	0	50.204
5.04	Transações de Capital com os Sócios	67.679	0	0	0	0	67.679
5.04.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	67.679	0	0	0	0	67.679
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-107.701	0	-107.701
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-107.701	0	-107.701
5.05.02.07	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-107.701	0	-107.701
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	117.679	0	13	-107.510	0	10.182

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 27/10/2016 à 31/12/2016**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	50.000	0	0	0	0	50.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	50.000	0	0	0	0	50.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-63	0	-63
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-63	0	-63
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	267	0	267
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	267	0	267
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	13	-13	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	13	-13	0	0
5.07	SalDOS Finais	50.000	0	13	191	0	50.204

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 27/10/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	65.734	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	65.734	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-160.280	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-160.280	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-94.546	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-94.546	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.527	352
7.06.02	Receitas Financeiras	1.527	352
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-93.019	352
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-93.019	352
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.531	85
7.08.02.01	Federais	4.097	85
7.08.02.02	Estaduais	695	0
7.08.02.03	Municipais	8.739	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.151	0
7.08.03.01	Juros	1.151	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-107.701	267
7.08.04.02	Dividendos	0	63
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-107.701	204

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Travessia Securitizadora S.A. (“Companhia” ou “Travessia Securitizadora”) apresenta-lhes o presente Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, elaboradas pela 4Partners Auditores Independentes S.S. Esclarecemos que as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), observando as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.404/76”).

1. Contexto Operacional

A Travessia Securitizadora é uma sociedade por ações constituída em 27 de outubro de 2016, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e demais leis brasileiras. A Companhia possui dois acionistas: a Travessia Assessoria Financeira Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.264.237/0001-73 e o Sr. Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, inscrito no CPF/MF sob o nº 218.718.568-09, que além de acionista atua como Diretor Presidente da Companhia.

A Companhia tem como objeto social: (i) a aquisição, a venda e a securitização de créditos imobiliários e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários, bem como de créditos e direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos e direitos creditórios do agronegócio, bem como a prestação de garantias em créditos hipotecários, imobiliários e em direitos creditórios do agronegócio; (ii) a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio, ou qualquer outro título de crédito e valor mobiliário, lastreados em créditos imobiliários e/ou direitos creditórios do agronegócio, que seja compatível com as suas atividades, mediante a constituição de patrimônio separado, nos termos da Lei nº 9.514/97, da Lei nº 11.076/04 e outras disposições legais aplicáveis; (iii) a gestão e administração de carteiras de crédito imobiliário e de créditos e direitos creditórios do agronegócio; (iv) a prestação de serviços de estruturação de operações de securitização; e (v) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de outros títulos de crédito e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e/ou direitos creditórios do agronegócio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/08/2017, a Companhia elegeu o Sr. Luis Philipe Camano Passos como novo Diretor de Relações com Investidores, que substituiu o Sr. Kazuyuki Okada, que renunciou ao cargo.

Além da AGE para troca de Diretores, a Companhia se reuniu em outras datas para:

- a. Em 12/01/2017, alterar a redação dos artigos 22º, 23º e 29 do Estatuto Social e aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia;
- b. Em 14/09/2017, aprovar a emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) da 4ª Série da 1ª emissão da Companhia;
- c. Em 17/10/2017, aprovar a emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) da 1ª e 2ª Série da 1ª emissão da Companhia

2. Condições econômicas da Companhia em 2017

A companhia apurou um prejuízo de R\$ 107.701 no exercício social de 2017, resultado de um aumento relevante das Despesas Antecipadas, incorridas exclusivamente durante a 1ª Emissão de CRI . Durante o exercício, houve uma redução significativa de Caixa e Equivalentes de Caixa em função dos desembolsos realizados para manutenção e administração da Companhia ao longo do ano.

A Companhia possui atualmente apenas compromissos financeiros relativos à sua própria manutenção, que estão sendo honrados por meio de recursos disponibilizados pelos acionistas. A Companhia possui também caixa suficiente para honrar os seus compromissos com fornecedores, e caso seja necessário, os acionistas disponibilizarão novos recursos.

2.1 Política de reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

A Companhia realizou em agosto e dezembro de 2017 adiantamentos para futuro aumento de capital no montante total de R\$ 67.679,00. Tais recursos foram necessários para a manutenção da Companhia em operação no primeiro ano de atividade.

2.2 Emissão de Dívidas

A companhia não emitiu ou adquiriu quaisquer outros títulos de dívida, e também não possui contratos de empréstimos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

e financiamentos com outras instituições financeiras.

3. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade.

4. Projetos desenvolvidos

Em setembro de 2017, a Companhia liquidou a sua primeira emissão de CRI no mercado de capitais, com valor de emissão de R\$ 14.500.000,00 (quatorze milhões e quinhentos mil reais) na data de emissão, que foram distribuídos nos termos da Instrução CVM 476.

5. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa

A Companhia contratou o auditor independente apenas para a prestação do serviço de auditoria externa, evitando assim, qualquer tipo de conflito de interesse.

6. Perspectivas

No seu primeiro ano de operação, após obtenção do registro de companhia aberta em fevereiro 2017, a Travessia emitiu um certificado de recebíveis imobiliários. Para o ano de 2018, a Companhia pretende continuar focada em desenvolver novos negócios nos setores imobiliário e agronegócio, além de investir na automação de processos operacionais, incluindo a gestão de carteiras.

Esclarecemos, por fim, que as demonstrações Financeiras apresentadas abaixo, têm a finalidade de atender ao disposto nos artigos 25 e 26 da Instrução CVM nº 480/09 e que este Relatório da Administração é parte integrante das Demonstrações Financeiras e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas.

São Paulo, 28 de março de 2018.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente

Luis Philipe Camano Passos

Diretor de Relações com Investidores

Travessia Securitizadora S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Travessia Securitizadora S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 27 de outubro de 2016.

O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários, a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514/97 e outras disposições legais, bem como a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.

Em 15 de setembro de 2017, a Companhia realizou a primeira emissão de CRIs com garantia de Alienação Fiduciária de imóveis que totalizaram R\$ 14.500.000.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeirase principais práticas contábeis adotadas**2.1. Autorização**

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2018.

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Board (IASB).

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

Travessia Securitizadora S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas-Continuação

2.2. Base de apresentação--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As informações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Instrução CVM nº 414/04 exige a divulgação das informações relativas às aquisições, retrocessões, pagamentos e inadimplência dos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, por emissão de Certificados de recebíveis imobiliários sob regime fiduciário, previstas no artigo 12 da Lei nº 9.514/97.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.5. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Travessia Securitizadora S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas-Continuação**2.6. Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, outros recebíveis, bem como contas a pagar e outras dívidas.

2.6.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.6.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.6.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

2.6.4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018 (equivalente a 1º de julho de 2018 para a Companhia).
CPC 47 - Receitas de contratos com clients	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 15 – sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018 (equivalente a 1º de julho de 2018 para a Companhia).
IFRS 16 – Arrendamento mercantile	Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de julho de 2019 para a Companhia).

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre

Travessia Securitizadora S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O projeto de implantação dos novos pronunciamentos CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com clientes e IFRS 16 – Arrendamento Mercantil, além da análise preliminar efetuada pela Administração em 2016, incluirá a contratação de especialistas externos para auxiliar a Companhia na identificação e mensuração dos efeitos finais na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificação dos sistemas informatizados utilizados, desenho e implantação de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesses novos pronunciamentos.

Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração não finalizou a avaliação dos efeitos desses novos pronunciamentos, estando assim impossibilitada de divulgar tais efeitos. A adoção antecipada dessas novas normas contábeis não é permitida para empresas listadas, de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos conta movimento	10	5.000
Aplicação financeira (a)	8.595	45.352
	8.605	50.352

- (a) Em 31 de dezembro de 2016 as aplicações financeiras de liquidez imediata eram representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimentos e remuneradas a uma taxa média mensal que variava de 98% a 102% do CDI. Durante o exercício de 2017 essas aplicações foram totalmente resgatadas e o montante de R\$ 8.595 se refere a uma aplicação automática efetuada junto ao Banco Itaú.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia obteve rendimentos com aplicações financeiras no montante de R\$1.527 (R\$ 352 em 2016).

Travessia Securitizadora S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Partes relacionadas

4.1. Transações com partes relacionadas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	64	-
	64	-

Montante referente às operações de mútuo com acionista e controladora para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração.

4.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

5. Patrimônio líquido

5.1 Capital Social

O capital social subscrito da Travessia Securitizadora S.A., em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 50.000 (cinquenta mil Reais), divididos em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 08 de dezembro de 2016 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante total de R\$ 45.000.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até montante de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de Reais), mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, por meio de deliberação de Assembleia Geral, nos termos do Artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

5.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Travessia Securitizadora S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Patrimônio líquido--Continuação

5.3 Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

5.4 Reserva de lucros

A reserva de lucros, conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia, tem por finalidade não distribuir a parcela da equivalência patrimonial não realizada financeiramente na forma de dividendos.

5.5 Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 11 de agosto de 2017 e 28 de dezembro de 2017 foram realizados adiantamentos para futuro aumento de capital no montante total de R\$ 67.679.

6. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2017 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

7. Receita operacional líquida

As receitas operacionais líquidas são compostas por:

Descrição	31/12/2017	31/12/2017
Serviços prestados	65.734	-
PIS, COFINS e ISS	(6.343)	-
Total	59.391	-

Travessia Securitizadora S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Serviços prestados – pessoa jurídica	(7.850)	-
Anúncios e publicações	(41.145)	-
Cartórios	(3.328)	-
Taxas – CETIP	(52.869)	-
Taxas CVM / Bovespa	(18.230)	-
Jornais e revistas	(100)	-
Escrituração de cotas	(10.648)	-
Outras despesas operacionais	(26.110)	-
Total	(160.280)	-

9. Receitas e despesas financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 as receitas e despesas financeiras estão assim compostas:

9.1. Receitas financeiras

Descrição	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
Rendimento de aplicações financeiras	1.527	352
Total	1.527	352

9.2. Despesas financeiras

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas bancárias	(708)	-
Juros pagos ou incorridos	(443)	-
Total	(1.151)	-

10. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez:

10.1. Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3): o valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras;
- Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 3).

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

Travessia Securitizadora S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Declaração dos diretores

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

12. Relação com auditores

A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

13. Informações fiduciárias- informação suplementar

As informações são complementares às demonstrações financeiras da Companhia e estão apresentadas de forma completa no Informe Trimestral daSecuritizadora de 31 de dezembro de 2017, conforme instituído pela Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009 a as suas alterações.

14. Patrimônio separado

Descrição	31/12/2017
AtivoCirculante	
Caixa e equivalentes de Caixa – CRI AMY	270.906
Recebíveis 1ª Operação– AMY	14.180.180
Total dos ativos	14.451.086
Passivocirculante	
Títulosemitidos	
1ª Emissão - 4º Série CRI - AMY	14.451.086
Total dos Passivos	14.451.086

14.1. Contas a receber

Referem-se a operações de aquisição de recebíveis imobiliários, efetuadas de acordo com as Leis nº 9.514/97 e nº 10.931/04, que dispõem, respectivamente, sobre os CRI e os respectivos lastros (denominados em conjunto “títulos imobiliários”).

Foi instituído o regime fiduciário para os recebíveis nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.514/97 e artigo 23 da Lei nº 10.931/04, os quais passaram a constituir patrimônio separado com o propósito exclusivo de lastrear os referidos títulos, não se confundindo, portanto, com o patrimônio da Companhia.

Os títulos imobiliários, são emitidos sem garantia flutuante da Companhia e com taxa de juros e atualização monetária, na maioria das vezes com alienação fiduciária em garantia, em alguns casos sem coobrigação da cedente.

Travessia Securitizadora S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Patrimônio separado--Continuação

14.2. Contas a pagar

Representam os valores a pagar aos investidores, responsáveis pela aquisição dos CRI.

14.3. Certificados de créditos imobiliários (CRIs)

1ª emissão

- Série: 4º;
- Data de emissão: 15 de setembro de 2017;
- Valor global da emissão: R\$ 14.500.000;
- Quantidade de CRI: 14.500;
- Quantidade Unitário: 1.000;
- Prazo de amortização: 72 parcelas a partir de 16 de outubro de 2017;
- Juros remuneratórios: 8,05% a.a.;
- Atualização monetária: mensalmente, de acordo com variação do IPCA;
- Data de vencimento: 20 de setembro de 2023.

14.4. Emissões do período

Descrição	31/12/2017
1ª Emissão / 4ª Série CRI	14.500.000
	14.500.000

15. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da Travessia Securitizadora S.A.
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Travessia Securitizadora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Travessia Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Certificados de recebíveis imobiliários

No contexto de suas operações normais, a Companhia estrutura operações de securitização vinculando recebíveis imobiliários (“Recebíveis imobiliários”) aos certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”). Como resultado destas operações, seus registros contábeis contemplamos referidos recebíveis imobiliários e os CRIs correspondentes denominados com o patrimônio separado, que são veiculados com regime fiduciário e sem coobrigação. Não obstante, a Companhia também efetua o gerenciamento do recebimento destes ativos, bem como o pagamento dos CRIs em observância às suas obrigações junto ao agente fiduciário.

Neste sentido, considerando a atividade-fim da Companhia e os reflexos contábeis provenientes destas movimentações financeiras, entendemos que é um tema de risco significativo em nossa abordagem de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, mapeamos os processos e as atividades de controles implementados pela Companhia, e efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam na:

- Leitura dos termos de securitização, analisando se as condições determinadas nos termos foram refletidas nas demonstrações financeiras;
- Verificação da custódia dos CRI emitidos;
- Recálculo dos juros e confronto com os montantes registrados durante o exercício;
- Avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são aceitáveis os procedimentos e as metodologias utilizadas para o registro, controle, valorização e divulgação dos certificados de recebíveis imobiliários no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora S.A., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Fagundes Filho, nº 443 , apto 94-A, São Judas, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente da Travessia Securitizadora S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Conselheiro Crispiniano, nº 105, Conjunto 43, sala 5, República, CEP 01037-001, inscrita no CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 ("Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 28 de Março de 2018.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

Eu, Luis Philipe Camano Passos, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.545.393-1 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 345.394.968-40, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Altino, nº 1619 , apto 05 - Torre 01, Jaguaré, DECLARO, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Conselheiro Crispiniano, nº 105, Conjunto 43, sala 5, República, CEP 01037-001, inscrita no CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 ("Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 28 de Março de 2018.

Luis Philipe Camano Passos
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Fagundes Filho, nº 443 , apto 94-A, São Judas, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente da Travessia Securitizadora S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Conselheiro Crispiniano, nº 105, Conjunto 43, sala 5, República, CEP 01037-001, inscrita no CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 ("Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório do auditores independentes da Companhia.

São Paulo, 28 de Março de 2018.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

Eu, Luis Philipe Camano Passos, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.545.393-1 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 345.394.968-40, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Altino, nº 1619 , apto 05 - Torre 01, Jaguare, DECLARO, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Conselheiro Crispiniano, nº 105, Conjunto 43, sala 5, República, CEP 01037-001, inscrita no CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 ("Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório do auditores independentes da Companhia.

São Paulo, 28 de Março de 2018.

Luis Philipe Camano Passos
Diretor de Relações com Investidores